



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/08/2015

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	3
1.4. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	4
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. POSSE.....	5 - 6
2.2. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	7
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. DECISÕES.....	8 - 9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. JUÍZES.....	10
4.2. PLANTÃO NO TJMA.....	11
4.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	12

Acusados de matar ex-mulheres são condenados em júri

Dos três réus incluídos para o julgamento, dois foram condenados e um, por falta de advogado, só será julgado em novembro

Na 2ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, o Poder Judiciário concentrou esforços na realização de audiências e no julgamento de crimes relacionados à Lei Maria da Penha (11.340/2006). Os julgamentos resultaram em duas condenações do júri popular a réus acusados de assassinar suas companheiras.

"A iniciativa do Poder Judiciário em realizar a 2ª Semana da Justiça pela Paz em Casa é muito importante, pois, além de reforçar as ações de combate à violência contra a mulher, conscientiza e educa sobre esse tipo de crime, cujas consequências são gravíssimas para a sociedade", ressalta a juíza titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Kátia Coelho.

Na pauta dos julgamentos da semana, a juíza incluiu três casos de feminicídio (violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher). Na primeira sessão, na segunda-feira, 3, o júri popular condenou José Ribamar Nina a quatro anos de reclusão pelo assassinato da ex-companheira Eliane de Jesus Marques, na noite do dia 15 de setembro de 2013, na Vila Magril.

A 3ª Vara do Tribunal do Júri também condenou, na quarta-feira, 5, Miguel Freitas Santos a 12 anos e seis meses de reclusão em regime fechado pelo assassinato da ex-companheira Francilene Nascimento Viana, com

quem tinha um filho e estava separado.

Já o julgamento de Ladislao Guardia Montalvo, marcado para a terça-feira, 4, não ocorreu devido ao não comparecimento do advogado do réu à sessão de júri. Por determinação da juíza Kátia Coelho, o réu será julgado na 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, que será realizada de 23 a 27 de novembro deste ano. Ele é acusado de mandar matar a esposa, Mary Caro Ricopa Pena, na tarde do dia 20 de março de 2013. A vítima foi assassinada dentro de casa, no bairro Santa Clara.

Audiências - Além dos crimes dolosos contra a vida, julgados pelo Tribunal do Júri, outros casos de violência doméstica foram julgados pela Vara Especial da Mulher, que agendou 120 audiências para os cinco dias do evento. Os julgamentos envolvem casos de agressão física, injúria, difamação, ameaça, violência psicológica, entre outros, cujas vítimas são mulheres.

No mutirão para agilizar os processos judiciais, atuaram os juizes Nelson Moraes Rego (Vara Especial da Mulher), Gustavo Medeiros, Andréa Frota Maia, Maricélia Gonçalves e Luís Carlos Licar, concentrados no salão de sessões da 3ª Vara do Júri, na Vara Especial da Mulher e mais uma sala de audiência, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Reunião discute ações para combate à seca no MA

O deputado federal Juscelino Filho (PRP-MA), o gestor de Programas da Sedes (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social do Maranhão), Ney Rezende, e a assessora especial da Secretaria de Representação do Governo do Estado do Maranhão em Brasília, Flávia Batista, se reuniram ontem com o secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (MI), Carlos Antônio Vieira Fernandes.

A reunião, que aconteceu no Ministério, em Brasília, teve a finalidade de solicitar ao secretário o atendimento do pleito constante do Ofício nº 848/2015/Sedes que solicita a prorrogação do plano de trabalho do termo de compromisso firmado entre o Ministério e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Maranhão.

O objeto deste documento é a aquisição de dois comboios de perfuratriz para enfrentamento da seca. "Os novos equipamentos, que são alta tecnologia, vão ampliar a perfuração de poços tubulares profundos em todo o estado do Maranhão", disse.

Tribunal de Justiça orienta sobre o reconhecimento de paternidade

Direito pode ser requerido em qualquer cartório de registro civil, em processo que pode ser iniciado por mãe, pai ou filho

Quem tem mais de 18 anos e não possui o nome do pai na certidão de nascimento pode solicitar o reconhecimento tardio de paternidade em qualquer cartório de registro civil. A orientação é do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), responsável por fiscalizar e garantir a emissão de certidões de nascimento, nas mais de 190 secretarias competentes no estado.

“O processo pode ser iniciado pela mãe, o pai ou o filho – caso tenha 18 anos. Basta que o interessado tenha em mãos a primei-

ra certidão e preencha o formulário padrão, indicando o nome do suposto pai. O cartório encaminhará o documento para o juiz da localidade onde o nascimento foi registrado, que consultará o indicado sobre a veracidade da informação”, explica a titular do Cartório do 2º Ofício de Itapecuru-Mirim, Carolina Graziela Souza. Segundo ela, no ano de 2014 até junho de 2015, 110 reconhecimentos de paternidade foram efetivados no seu cartório, sendo 17 por mandado judicial

e outros 93 de forma voluntária.

A cartorária destaca que os filhos ficam sem direito à sucessão - transmissão patrimonial do falecido aos seus sucessores - quando não figura na certidão o nome paterno. Muitas pessoas deixam de fazer esse procedimento por desconhecimento da legalidade e dos seus direitos.

A auxiliar de serviços gerais Hilda Coelho Azevedo, 47, conseguiu convencer o pai, o agricultor Antonio Cabral Filho, 74, natural do povoado Santa Rita, distrito de Itapecuru-Mirim, a registrar os seus 10 filhos com a também agricultora Benedita Coelho Azevedo, 68, após mais de 50 anos de união estável. “É

motivo de orgulho para uma pessoa carregar os sobrenomes dos pais. A falta do nome do meu pai na certidão me incomodava, porque apesar de ele não negar que é meu pai, nunca assumiu oficialmente, por falta de conhecimento”, conta Hilda. “Nossos registros foram feitos pela minha mãe, sem a presença dele [pai], que acreditava que pelo fato de não ser casado no civil, não poderia nos registrar”, lembra.

Dia 20 de junho, seu Antonio e todos os filhos foram ao Cartório do 2º Ofício de Itapecuru-Mirim fazer o reconhecimento tardio de paternidade. Agora, todos têm o sobrenome “Cabral” no registros de nascimento.

Divulgação



O casal Antônio e Benedita e os filhos, com as novas certidões

Mais

A mãe que deseja que o pai reconheça seu filho menor de 18 anos deve comparecer ao cartório com a certidão de nascimento da criança e preencher um formulário padronizado em que indique o nome do suposto pai. O oficial do cartório envia ao juiz competente a certidão

de nascimento e os dados do suposto pai, que será convocado a se manifestar em juízo sobre a paternidade. Se persistir a dúvida, o caso é encaminhado ao Ministério Público para abertura de ação judicial de investigação de paternidade e realização de exame de DNA.

Rádio Web

A Rádio Web Justiça do Maranhão foi ouvida 25.290 vezes desde o dia 3 de julho – data da sua migração para um servidor próprio – até o dia 6 deste mês. Este número é quase 12 vezes maior do que a audiência registrada entre os dias 13 de maio – data de sua inauguração – e 2 de julho, período em que a emissora esteve hospedada em um site gratuito. Os dados foram extraídos da plataforma que faz a aferição de acessos de ouvintes do veículo de comunicação. Por meio do acesso à rádio no Portal do Judiciário, o ouvinte pode acompanhar, ao vivo, os julgamentos nas sessões das câmaras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).



Novos juizes tomam posse no Tribunal de Justiça

O evento aconteceu ontem, na Sala das Sessões Plenárias, em cerimônia dirigida pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire. Ela ressaltou que a posse dos novos magistrados representa um passo importante para reduzir o déficit de magistrados na Justiça estadual e garantir uma prestação jurisdicional mais eficiente nas comarcas de entrância inicial, nas quais os novos magistrados irão atuar, sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça.

PÁGINA 5/GERAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trinta juízes substitutos tomaram posse

Trinta juízes substitutos de entrância inicial do Tribunal de Justiça do Maranhão tomaram posse ontem, na Sala das Sessões Plenárias, em cerimônia dirigida pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire.

Ela ressaltou que a posse dos novos magistrados representa um passo importante para reduzir o déficit de magistrados na Justiça estadual e garantir uma prestação jurisdicional mais eficiente nas comarcas de entrância inicial, nas quais os novos magistrados irão atuar, sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça.

Os magistrados empossados entrarão em exercício no dia 10 de agosto, às 10h, em solenidade a ser realizada no auditório Desembargador José Joaquim Filgueiras, no Fórum de São Luís (Av. Carlos Cunha, s/n, Calhau). A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, irá presidir o evento.

As boas-vindas aos novos juízes ficou a cargo do desembargador Tyrone Silva, que falou da importância da missão social a eles designada. “Tudo vai começar na prática. Vamos começar a julgar, a decidir a vida das pessoas e fazer cumprir a Lei”, frisou.

No seu pronunciamento, o desembargador enfati-

zou que “a responsabilidade é grande e o ideal a ser alcançado é dos mais relevantes. O juiz que todos nós queremos é aquele que efetivamente atenda aos anseios da sociedade, notadamente na celeridade processual e na firmeza de suas decisões”.

O juramento da turma foi feito por Douglas Lima da Guia que, seguido pelos novos juízes, prometeu no exercício do cargo de juiz promover o desempenho fielmente os deveres profissionais, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal.

O orador da turma, Isaac Diego Vieira de Sousa e Silva – aprovado em 1º lugar no concurso –, ressaltou que o trabalho na magistratura consiste em uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo honrosa.

“Percebemos que a dedicação incondicional, a abdição e o esforço dessa longa jornada valeram muito a pena. Asseguro que o Maranhão ganha juízes que proporcionarão ao povo uma melhor prestação jurisdicional, objetivo maior da nossa função”, frisou o novo magistrado, destacando as principais qualidades de cada um dos empossados da turma que recebeu o nome do juiz Armino Nascimento Reis Neto, falecido em março de 2015, vítima de acidente de trânsito.

Rádio Web Justiça

A Rádio Web Justiça do Maranhão foi ouvida 25.290 vezes desde o dia 3 de julho – data da sua migração para um servidor próprio – até o dia 6 de agosto. Este número é quase doze vezes maior do que a audiência registrada entre os dias 13 de maio – data de sua inauguração – e 2 de julho, período em a emissora esteve hospedada em um site gratuito. Os dados foram extraídos da plataforma que faz a aferição de acessos de ouvintes do veículo de comunicação. Acesse à rádio no www.tjma.jus.br pelo site www.radios.com.br e pelos aplicativos Radiosnet e Tunein.

SEM ACORDO

Por meio das redes sociais, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), descartou qualquer possibilidade de negociação em 2015 com os policiais civis do Maranhão, que estão em greve há cinco dias. "Concedemos aos policiais o maior aumento de remuneração do Brasil neste ano. Os policiais civis tiveram reajustes de 20% a 38%. Já fizemos o máximo possível neste ano. Não posso e não vou 'quebrar' o Estado. Vamos fazer novas negociações no próximo ano". **Pág. 6**



Governador encerra negociações com policiais

Por meio das redes sociais, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), descartou qualquer possibilidade de negociação em 2015 com os policiais civis do Maranhão, que estão em greve há cinco dias. "Concedemos aos policiais o maior aumento de remuneração do Brasil neste ano. Os policiais civis tiveram reajustes de 20% a 38%. Já fizemos o máximo possível neste ano. Não posso e não vou 'quebrar' o Estado. Vamos fazer novas negociações no próximo ano", disse nesta sexta-feira (7).

No fim da tarde dessa quinta-feira (6), a categoria decidiu, em assembleia geral, prosseguir com o movimento. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Maranhão (Sinpol-MA), Heleudo Moreira, a categoria esperava por uma decisão em audiência com a equipe do governo estadual, com participação do secretário Jefferson Portela, para tratar sobre as reivindicações na manhã desta sexta-feira, mas não houve uma contra-proposta do governo. O secretário de Articulação Política, Márcio Jerry, chegou a manter contato com o sindicato, mas as conversas para a realização de uma reunião ainda nessa quinta-feira não prosseguiram.

Os policiais civis reivindicam melhores condições de trabalho e pleiteiam a reestruturação do subsídio com base nas tabelas apresentadas pelo governo do Maranhão. Também estão na pauta assunto como aumento do efetivo, tecnologia, inteligência policial e melhores condições de trabalho. Durante o movimento, apenas 30% do efetivo nas delegacias e regionais dão continuidade ao atendimento à população,

conforme previsto em lei. Peritos e delegados não aderiram à greve. No Estado, são 2.116 policiais civis e, pelos dados do Sinpol-MA, mais de 80% da categoria aderiu à paralisação.

O G1 tentou contato com o presidente do Sinpol-MA para saber qual o posicionamento da categoria sobre as declarações do governador Flávio Dino e sobre o rumo das negociações, mas, em duas oportunidades, o presidente pediu mais tempo para atender à reportagem e passou não atender mais as ligações. A reportagem do G1 aguarda o retorno do sindicato sobre o assunto.

Protestos - Nessa quinta-feira, policiais civis da Regional de Timon (MA) foram à sede da seccional da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Teresina, no Piauí, onde fizeram um protesto. O governador maranhense estava em visita à capital piauiense.

Sobre o direito de manifestação, o Dino se demonstrou contrário aos protestos que limitem os direitos básicos da população. "Todos podem protestar onde quiserem. Só não pode impedir circulação de pessoas, sobretudo dos ônibus que transportam a população mais pobre", comentou por meio das redes sociais.

Ilegalidade da greve - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou, na terça-feira (4), que o Sinpol-MA suspendesse o movimento grevista. A sentença do desembargador Kleber

Carvalho ordena que o órgão sindical deixe de "promover, divulgar ou incentivar qualquer medida que impeça ou embarace a regular e contínua prestação do serviço público inerente à atividade policial desempenhada pelos policiais civis do Estado do Maranhão".

A decisão prevê multa de R\$ 20 mil por dia de descumprimento da determinação judicial, além de desconto salarial dos dias não trabalhados pelos servidores que continuarem em greve.

A medida é resultado de ação civil pública com pedido de antecipação de tutela ajuizada pelo Estado do Maranhão após o anúncio da greve. O sindicato tem 15 dias para apresentar contestação. (Do G1 Maranhão)



Repasse

Em seu despacho que obriga o Governo do Estado a regularizar os repasses ao hospital de Bernardo do Meirim, o juiz Marcelo Moraes Rego, da Comarca de Igarapé Grande, foi cortante: “O Estado não pode se utilizar do poder discricionário, que lhe permitiria repassar ou não os referidos valores ao município”. Mais afiado, lembrou: “A Constituição Federal consagra o direito à vida como um dos direitos fundamentais garantidos a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país”.

Desembargador permanece no plantão até domingo

DIVULGAÇÃO

O desembargador Vicente de Paula responde pelo plantão judiciário de 2º Grau até domingo (9). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Tháís Bitencourt Fróz e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado: (98) 98815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTÃO – Nos dias úteis, o plantão funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos



sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

▲ SOBE

A Rádio Web Justiça do Maranhão foi ouvida 25.290 vezes desde o dia 3 de julho – data da sua migração para um servidor próprio – até 6 de agosto. Este número é quase doze vezes maior do que a audiência registrada entre os dias 13 de maio – data de sua inauguração – e 2 de julho, período em a emissora esteve hospedada em um site gratuito. Os dados foram extraídos da plataforma que faz a aferição de acessos de ouvintes do veículo de comunicação.